

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA -MDHC

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO (CONATRAE)

1 No dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e vinte e três, no Edifício Parque Cidade Corporate - SCS
2 Quadra 09, Torre A , 10º andar - Sala de Reunião Plenária - Asa Sul, Brasília-DF; e na plataforma
3 *Microsoft Teams*, foi realizada a Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Erradicação do
4 Trabalho Escravo (CONATRAE). Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Andréia
5 Figueira Minduca, Coordenadora-Geral de Combate ao Trabalho Escravo – Substituta/MDHC; Ana
6 Luisa Zago de Moraes, Diretora do DEPDDH/MDHC e Coordenadora Substituta da CONATRAE;
7 Francisco Coullanges Xavier, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e
8 Combate à Fome (MDS); Isadora Brandão Araújo da Silva, Secretária Nacional de Promoção e
9 Defesa dos Direitos Humanos/MDHC; Henrique Oliveira dos Santos, Ministério da Justiça e
10 Segurança Pública (MJSP); Luís Henrique Ramos Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
11 Leif Raoni de Alencar Nass, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Silvana Cristina Corrêa Vale,
12 Assistente da CGCTE/MDHC; Kátia de Carvalho Cavalcanti, Secretária da CGCTE. Representantes
13 de Entidades Privadas Não Governamentais: Brigida Rocha dos Santos, Comissão Pastoral da Terra
14 (CPT); Carlos Eduardo Chaves Silva, Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e
15 Assalariados Rurais (CONTAR); Luiz Antonio Colussi, Associação Nacional dos Magistrados da
16 Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Luiz Fabiano de Oliveira Rosa, Confederação da Agricultura e
17 Pecuária do Brasil (CNA); Xavier Jean Marie Plassat, Comissão Pastoral da Terra (CPT); e Welber
18 Pereira dos Santos, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Membros
19 Observadores: Andreia, SINAIT; Carlos Silva, AMB; Ebenezer, VERITÉ; Fernanda Carvalho, OIT;
20 Guilherme Rojas, DPU; Ludmila Paiva, CARITAS/RJ; Lydiane Machado e Silva, ANPT; Lys Sobral
21 Cardoso, MPT; Leonardo Ribeiro Santana, PRF; Italvar Filipe de Paiva Medina, MPT; Maria Cláudia
22 Falcão, OIT; Renan, MPF; Ricardo Rezende, GPTEC; Vera Jatoba, SINAIT. COETRAEs: Amanda
23 de Souza Preste, COETRAE/RS; Brendah Rocha, COETRAE/MA; Bibiana Waquil Campana,

24 COETRAE/RS; Paula Collela, SEDH; Daniela dos Reis, COETRAE/PA. Outros participantes:
25 Caroline Bonfim, PROJAI/RJ; Douglas Riker, SEJUSC/MA; Dimas, GPDDH/SEDH/ES; Danilo
26 Pires, SEDS/SDH/GO; Edmundo Lima; Luana, ASCOM/SEDIHPOP; Maria Tereza; Marina,
27 SEDESE/MG; Paula, GPDDH; Thaiany Motta, PROJAI/RJ; Yasmim França, PROJAI/RJ. Dando
28 início aos trabalhos, seguiu-se ao Item 1. Abertura: A Sra. Ana Luisa Zago de Moraes, Coordenadora
29 Substituta da CONATRAE, realizou a abertura da reunião cumprimentando e dando boas-vindas a
30 todos. Informou que a Coordenadora da CONATRAE será a Secretária Nacional de Promoção e
31 Defesa dos Direitos Humanos, Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva, que estava em reunião por
32 convocação do Ministro. Realizou uma breve apresentação do seu histórico profissional e destacou
33 que, para o Ministro de Direitos Humanos e Cidadania, o tema do enfretamento ao trabalho escravo
34 seria uma prioridade, especialmente, em relação aos grupos mais vulneráveis com recorte de gênero
35 e de raça. Em seguida, concedeu a palavra à Sra. Andréia Figueira Minduca, Coordenadora-Geral de
36 Combate ao Trabalho Escravo – Substituta/MDHC, que saudou a todos e comunicou que seria
37 indicada ao cargo de Coordenadora-Geral Titular de Combate ao Trabalho Escravo. Agradeceu a
38 indicação e a confiança no seu trabalho e, em seguida, realizou a leitura da pauta, que estava composta
39 pelos seguintes itens: 1. Abertura (Coordenação da CONATRAE); 2. Aprovação da Ata de
40 29/11/2022 (CGCTE); 3. Apresentação da Secretária de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
41 (MDHC); 4. Trabalho Escravo no âmbito doméstico (MDS); 5. Apresentação da Cartilha "Como
42 comunicar a escravidão contemporânea" (Projeto Ação Integrada: Resgatando a Cidadania); 6.
43 Informes: Curso "A atuação da Segurança Pública nas ocorrências de trabalho escravo" (CGCTE); 7.
44 Encerramento. Informou que seria necessário incluir apenas um informe sobre a Semana Nacional de
45 Combate ao Trabalho Escravo. Não havendo mais nenhuma sugestão de alteração, realizou-se
46 inversão de pauta, passando ao Item 4. Trabalho Escravo no âmbito doméstico (MDS). Com a palavra,
47 o Sr. Francisco Coullanges Xavier, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e
48 Combate à Fome (MDS), explanou que esse ponto de pauta nasceu por meio de algumas discussões
49 realizadas com o Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre as situações de trabalho escravo
50 domésticos que aumentaram nos últimos anos. Informou que, no dia 2 de dezembro de 2022, foi
51 realizado o II Encontro Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas no Sistema

52 Único de Assistência Social (SUAS) com ênfase no trabalho escravo doméstico que possuem
53 demanda diferenciada, uma vez que muitas das mulheres resgatadas precisam de acolhimento direto.
54 Discorreu que nesse evento foram lançados materiais, vídeos e uma cartilha elaborada em conjunto
55 com o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho para orientar os(as) trabalhadores(as) do país
56 de como lidar com essa situação. Explanou que existem alguns pontos que estão tentando buscar uma
57 melhor definição em conjunto com o MPT, especialmente, relacionado à abordagem das vítimas a
58 partir das denúncias, tendo em vista que ainda havia o entendimento em alguns territórios da
59 necessidade de participação da assistência social nas ações de fiscalização ou da necessidade de
60 proceder a investigação ou geração de provas, o que não seria da sua competência. Relatou que houve
61 o entendimento que a CONATRAE era o espaço para discutir sobre o detalhamento das operações e
62 estavam sugerindo que houvesse o retorno dos grupos temáticos anteriormente existente na
63 Comissão, especialmente, o Grupo Temático de Trabalho Doméstico. A Sra. Lys Sobral Cardoso,
64 MPT, complementou explanando que essa discussão foi realizada na última semana, na qual
65 constataram a necessidade de reativar esse grupo temático diante do aumento do número de casos e
66 das dificuldades encontradas que demandam articulação da rede. Arrazou que a proposta seria
67 reativar o grupo com o objetivo de discutir o fluxo de atendimento às vítimas de trabalho escravo
68 doméstico de forma interdisciplinar. O Sr. Francisco Coullanges Xavier informou que representava
69 o SUAS no Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), em que havia
70 um predomínio da discussão referente ao tráfico de pessoas associada à exploração sexual e ao debate
71 de gênero, o que também deveria ser debatido na CONATRAE, uma vez que a exploração sexual
72 seria uma forma de trabalho escravo. A Sra. Ana Luisa Zago de Moraes afirmou que os recortes de
73 gêneros seriam prioridades para todos os grupos que serão criados. De posse da palavra, a Sra.
74 Andréia Figueira Minduca recordou que havia o encaminhamento para recriação de alguns grupos de
75 discussão criados em 2018, porém, não foi dado andamento, destacando a importância da reativação
76 deles. Sugeriu que fosse realizada a reativação inicialmente do Grupo de Trabalho Escravo
77 Doméstico, visto que a estrutura da Comissão ainda estava sendo montada. Informou que estava
78 disponibilizado na Plataforma Participa Mais Brasil o relatório elaborado em 2018 pelo Grupo de
79 Trabalho Escravo Doméstico, no qual foram destacadas as dificuldades da assistência social e da

80 inspeção do trabalho e as questões culturais. Questionou se algum membro teria interesse em compor
81 o grupo para dá início as reuniões. Colocaram-se à disposição para compor o Grupo de Discussão
82 Trabalho Escravo Doméstico as seguintes entidades: MDS, MTE, DPU, MPT, OIT, CARITAS/RJ,
83 CPT, AMB, VERITÉ, ANAMATRA, CNA, COETRAE/RS. A FENATRAD será convidada a
84 participar do grupo. A Sra. Ana Luisa Zago de Moraes informou que uma das diretrizes de trabalho
85 do MDHC era a garantia de paridade e maior participação social no âmbito das discussões e comentou
86 que a sociedade civil poderia indicar outras pessoas que possuem envolvimento com o tema para
87 participar das discussões. O Sr. Renan, Ministério Público Federal (MPF), ressaltou que era
88 extremamente importante a atuação em rede e a participação de todos os órgãos envolvidos no tema
89 de trabalho escravo doméstico. O Sr. Antônio César, Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB),
90 ponderou que seria necessário um prazo para oficialar o nome do representante da Associação. Com a
91 palavra, o Sr. Xavier Jean Marie Plassat lamentou por não estar participando da reunião
92 presencialmente e registrou a sua satisfação pela informação de que a Sra. Andréia Figueira Minduca
93 assumirá a Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo. A Sra. Ana Luisa Zago de Moraes
94 destacou que essa reunião, a primeira do exercício de 2023, estava sendo realizada na Semana
95 Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, o que era um símbolo para impulsionar a pauta do
96 enfretamento, prevenção e formação de redes ao tema. Em seguida, passou-se ao Item 2. Aprovação
97 da Ata de 29/11/2022 (CGCTE). Não havendo retificações, a Ata foi considerada aprovada pela
98 unanimidade dos presentes. Ato contínuo, passou-se ao Item 5. Apresentação da Cartilha "Como
99 comunicar a escravidão contemporânea" (Projeto Ação Integrada: Resgatando a Cidadania). De posse
100 da palavra, a Sra. Ludmila Paiva, CARITAS/RJ, informou que era assessora de *advocacy* do Projeto
101 Ação Integrada, o qual é desenvolvido em parceria entre o MPT e a CARITAS/RJ. Realizou uma
102 breve apresentação sobre o projeto e explanou que o Manual "Como comunicar a escravidão
103 contemporânea" tem o objetivo de aproximar o diálogo entre comunicadores e os meios de
104 comunicação. A Sra. Thaiany Motta, PROJAI/RJ, relatou que fazia parte da equipe do Projeto Ação
105 Integrada do Rio de Janeiro em que é desenvolvido o trabalho de atendimento dos trabalhadores pós-
106 resgate, além de outras atividades, como: diálogo com a rede, sensibilização e mobilização e
107 desenvolvimento de projetos com grupos mais expostos ao trabalho escravo e comunicação. A Sra.

108 Caroline Bonfim, PROJAI/RJ, explicou que o manual era resultado de um trabalho conjunto com a
109 COETRAE/RJ e salientou que realizava a interlocução entre os trabalhadores resgatados e os
110 jornalistas e acompanhava as entrevistas. Explanou que o manual se juntava a outras iniciativas que
111 buscam melhorar a comunicação sobre a escravidão contemporânea, exemplificando por meio do
112 guia da Repórter Brasil para jornalistas e o guia para cobertura jornalística sobre o trabalho infantil
113 desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), MPT e ANDI – Comunicações e
114 Direitos. Em seguida, apresentou e expôs o Manual para conhecimento dos participantes, composto
115 pelos seguintes tópicos: (i) Apresentação, (ii) Agradecimentos, (iii) A importância do trabalho
116 jornalístico, (iv) A proteção contra a vítima, (v) Antes de começar a entrevista, (vi) Durante a
117 entrevista, (vii) Antes de finalizar a entrevista, (viii) Sobre uso de informações, imagens e áudios, (ix)
118 Sugestões de imagens, (x) Vocabulário: sugestões e explicações. Por fim, agradeceu a atenção de
119 todos(as) e recomendou que o manual fosse divulgado para que possa chegar a várias pessoas e
120 instituições que trabalham com a temática do trabalho escravo contemporâneo e proteger e garantir
121 os direitos desses(as) trabalhadores(as) resgatados(as). Abrindo para manifestações, o Sr. Carlos
122 Eduardo Chaves Silva, Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais
123 (CONTAR), celebrou o novo momento vivido na CONATRAE e parabenizou a Sra. Andréia Figueira
124 Minduca pelo novo cargo. Parabenizou também pela apresentação do Manual, o qual era um material
125 muito útil para orientar os jornalistas, como também a comunicação institucional e as lideranças
126 sindicais. Convidou a Sra. Caroline Bonfim para participar do Programa Conversando sobre os seus
127 Direitos da CONTAR para apresentação e divulgação do material. A Sra. Lys Sobral Cardoso
128 parabenizou a equipe do PROJAI/RJ pela iniciativa. O Sr. Itávar Filipe de Paiva Medina, MPT,
129 também parabenizou pela cartilha e afirmou que essa questão lhe preocupava muito e que sempre
130 frisou sobre a importância e o cuidado com a comunicação para evitar superexposição das vítimas.
131 De posse da palavra, a Sra. Ana Luisa Zago de Moraes informou que trabalhou muitos anos com o
132 tema refúgio e migração e registrou que havia muita dificuldade no enfrentamento da abordagem dos
133 refugiados pela imprensa. Pontuou que esse manual contemplava outras pautas além do tema do
134 trabalho escravo, uma vez que poderia incentivar a elaboração de documentos semelhantes para
135 outros temas de direitos humanos. A Sra. Lydiane Machado e Silva, Associação Nacional dos

136 Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), destacou a sua satisfação por estar
137 participando da primeira reunião da CONATRAE e informou que a ANPT era Secretária-Executiva
138 do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e dos Direitos Previdenciários e
139 comprometeu-se em difundir essa cartilha nesse Fórum. A Sra. Andréia Figueira Minduca
140 parabenizou a equipe do PROJAI/RJ pela produção do documento e compreendeu que esse material
141 poderia ser utilizado para refletir a utilização dos termos. Finalizadas as discussões, foi definido o
142 seguinte encaminhamento: Realizar a divulgação da Cartilha "Como comunicar a escravidão
143 contemporânea" para a rede da CONATRAE. Ato contínuo, passou-se ao Item 6. Informes. A Sra.
144 Andréia Figueira Minduca informou que a CGCTE estava promovendo o Curso "A atuação da
145 Segurança Pública nas ocorrências de trabalho escravo" juntamente com a Escola Nacional de
146 Administração Pública (ENAP), com o objetivo de formar os agentes de segurança pública sobre o
147 tema de trabalho escravo. Abrindo para manifestações, o Sr. Carlos Silva, Sindicato Nacional dos
148 Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT), informou que o Sindicato Nacional realizou evento em
149 Pernambuco para discutir os 19 anos da Chacina de Unai e, além disso, realizará vários eventos nas
150 delegacias sindicais e um Ato Público Virtual em face da intervenção que proíbe ato público em
151 Brasília/DF. Acrescentou que foi lançado livro sobre a Chacina de Unai, escrito pela Sra. Cláudia
152 Machado, o qual disponibilizou *link para download* em PDF no *chat* dessa reunião e externou a
153 expectativa do SINAIT de que a CONATRAE seja reconstruída com a máxima participação da
154 sociedade civil organizada. O Sr. Leonardo, Polícia Rodoviária Federal (PRF), parabenizou a Sra.
155 Andréia Figueira Minduca pela indicação e a Sra. Caroline Bonfim pela apresentação e solicitou mais
156 esclarecimento sobre o curso mencionado anteriormente, uma vez que possui interesse em realizá-lo.
157 Em resposta, a Sra. Andréia Figueira Minduca esclareceu que o curso será aberto para qualquer
158 interessado e que estava na fase de produção de conteúdo. Citou que será realizada a divulgação assim
159 que as inscrições estiverem disponíveis. O Sr. Luiz Antonio Colussi, ANAMATRA, sugeriu que fosse
160 realizado convite ao Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania para participar da próxima reunião
161 da CONATRAE para que ouça os seus planos e projetos e transmita as ações da Comissão.
162 Mencionou que a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo possuía um aspecto relevante
163 para manutenção da discussão sobre a importância de trazer para a Justiça do Trabalho a competência

164 das questões que envolvem o combate do trabalho escravo ou qualquer crime contra a ordem social
165 do trabalho. Passando ao informe da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, a Sra.
166 Andréia Figueira Minduca informou que foi elaborada listagem com os eventos a serem realizados
167 na Semana Nacional, a qual será encaminhada por *e-mail* para todos os membros da CONATRAE.
168 Finalizadas as manifestações, foi definido o seguinte encaminhamento: Formalizar convite ao
169 Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania para participar da próxima reunião da CONATRAE. Ato
170 contínuo, passou-se ao Item 7. Encerramento: Sem mais nada a tratar, a Sra. Ana Luisa Zago de
171 Moraes agradeceu a participação de todos, encerrando a Reunião Ordinária da CONATRAE.